

Macroeconomia

Deterioração do quadro fiscal

Rogério Mori*

UM DOS elementos que mais chamam a atenção no contexto atual diz respeito à deterioração do quadro fiscal brasileiro ao longo de 2009. Essa deterioração tem vários componentes que merecem atenção redobrada no contexto econômico atual.

Sob essa perspectiva, é preciso analisar as ações fiscais tomadas pelo governo sob diferentes ângulos e, ao mesmo tempo, deve ser considerada a dinâmica do ponto de vista da arrecadação em um ambiente de retração acentuada da atividade econômica como a que foi observada nos primeiros meses do ano.

Claramente, a análise deve levar em conta o receituário recomendado sob o ângulo fiscal no ambiente da crise que se instaurou no último trimestre de 2008. O contágio da crise financeira internacional, cujo epicentro foi a economia norte americana, se deu por meio de uma brutal retração de crédito em escala global e com reflexos claros sobre a economia brasileira. Essa dinâmica, sem dúvida, afetou mais duramente os setores cujo desempenho tem maior sensibilidade ao crédito. Embora o governo brasileiro tenha demorado um pouco para reagir efetivamente com a política monetária, as ações de política fiscal se iniciaram em dezembro do ano passado com o início do processo de isenção de alguns tributos sobre setores específicos. Sem dúvida, esse tipo de ação tem impactos diretos sobre a arrecadação desses tributos o que contri-

buiu para a deterioração do quadro fiscal brasileiro verificada ao longo do ano, mas se mostrou efetiva do ponto de vista de estímulo à recuperação da atividade econômica brasileira.

Associado a esse fenômeno, ainda contextualizando o aspecto da arrecadação, a atividade econômica registrou intensa retração desde o último trimestre de 2008. Ainda que a economia brasileira esteja se recuperando na margem nos últimos meses, os efeitos da retração verificada se fizeram sentir duramente sobre a arrecadação do governo, o que contribuiu significativamente para a piora do cenário fiscal em 2009.

A análise desses elementos sugere um caráter de transitoriedade do ponto de vista dos impactos sobre a arrecadação e a queda de cerca de R\$ 7 bilhões na receita líquida do Tesouro Nacional no período janeiro-setembro de 2009 relativamente ao mesmo período do ano passado não é preocupante. A ausência de novos choques adversos e a recuperação gradual da atividade econômica brasileira terão impactos positivos sobre os níveis de arrecadação daqui para a frente. Ao mesmo tempo, uma vez que a economia apresenta sinais concretos de retomada, o governo tem eliminado gradualmente a isenções concedidas, o que terá impactos positivos sobre os níveis de arrecadação nos próximos meses. O somatório desses elementos sugere que, do lado da arrecadação, algum grau de normalidade deverá ser

restabelecido nos próximos meses, com efeitos sobre o quadro fiscal brasileiro.

Do lado dos gastos, no entanto, o quadro não se mostra tão positivo assim. A recomendação em termos fiscais no aspecto dos gastos seria de um aumento transitório, focado em investimentos, particularmente em infraestrutura, para estimular a retomada da demanda agregada. No entanto, as ações do governo federal nesse lado mostraram-se relativamente incompatíveis com essa recomendação. Os gastos com pessoal, por exemplo, aumentaram em R\$ 17 bilhões nos nove primeiros meses do ano relativamente ao mesmo período de 2008, representando um crescimento de 19,1%. Os benefícios previdenciários também cresceram significativamente, registrando um aumento de 12,6% no período. Claramente, esse tipo de gasto não tem uma característica transitória e a deterioração do quadro fiscal imposta por esses aumentos não cessará no médio prazo, representando uma sobrecarga sobre as contas públicas que deverá perdurar por um bom tempo.

Em síntese, se de um lado as ações fiscais mostraram-se efetivas e adequadas para um momento de crise como a enfrentada em fins do ano passado e início deste, de outro, mostraram-se inadequadas do ponto de vista de boas práticas fiscais em um horizonte de médio e longo prazos. ■

* Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EESP)